



Informações Trimestrais

Multiner S.A

31 de março de 2014

Com Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Multiner S.A.

Informações Trimestrais

31 de março de 2014 e 2013

Índice

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações do valor adicionado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013 Ajustado	31/03/2014	31/12/2013 Ajustado			31/03/2014	31/12/2013 Ajustado	31/03/2014	31/12/2013 Ajustado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	114.342	110.308	115.288	112.536	Empréstimos e Financiamentos	18	115.797	111.699	256.088	228.277
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	1	1	Fornecedores	19	2.099	2.786	170.328	156.178
Contas a receber	9	-	-	159.254	135.977	Salários e encargos sociais		450	707	643	896
Adiantamentos a fornecedores	10	3.031	2.988	5.130	4.969	Obrigações fiscais	20	11.352	10.701	26.366	27.124
Pagamentos antecipados	11	139	65	362	376	Contas a pagar	21	758	1.506	758	1.506
Impostos a recuperar	12	-	-	5.659	9.317	Débitos com partes relacionadas	22	-	-	10	10
Arrendamento financeiro a receber	33	-	-	11.663	11.432	Outros		-	-	676	638
Bens disponíveis para a venda		-	-	147	147			<u>130.456</u>	<u>127.399</u>	<u>454.869</u>	<u>414.629</u>
Outros créditos		1	3	211	137						
		<u>117.513</u>	<u>113.364</u>	<u>297.715</u>	<u>274.892</u>	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e Financiamentos	18	-	-	350.065	360.144
Adiantamentos a fornecedores	10	122	122	4.388	4.389	Obrigações fiscais	20	7.992	8.784	30.925	33.937
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	12.535	14.454	8.249	11.026	Provisão para passivo a descoberto	14	150.553	129.005	1.819	1.816
Creditos com partes relacionadas	22	243.995	236.055	243.995	236.055	Fornecedores	19	-	-	3.374	3.374
Impostos diferidos	12	-	-	22.719	23.486	Impostos diferidos	12	-	-	50.021	51.687
Impostos e Contribuições a Recuperar	12	6.147	6.116	44.322	40.473	Provisão para contingências	23	900	900	33.411	2.236
Arrendamento financeiro a receber	33	-	-	192.011	194.590	Débitos com partes relacionadas	22	47.604	41.358	4	4
Depósitos vinculados	13	179	606	532	959	Outros		2.528	2.528	6.045	5.923
		<u>262.978</u>	<u>257.353</u>	<u>516.216</u>	<u>510.978</u>			<u>209.577</u>	<u>182.575</u>	<u>475.664</u>	<u>459.121</u>
Investimentos	14	136.519	155.840	43.412	51.743	Patrimônio líquido					
Propriedades para investimento	15	5.298	5.298	5.298	5.298	Capital social	24	647.314	647.314	647.314	647.314
Imobilizado	16	54.357	54.368	78.417	78.428	Reservas de capital		347.477	347.477	347.477	347.477
Intangível	17	335	342	226.450	229.010	Prejuízos acumulados		(757.824)	(718.200)	(757.816)	(718.192)
		<u>459.487</u>	<u>473.201</u>	<u>869.793</u>	<u>875.457</u>			<u>236.967</u>	<u>276.591</u>	<u>236.975</u>	<u>276.599</u>
Total do Ativo		<u><u>577.000</u></u>	<u><u>586.565</u></u>	<u><u>1.167.508</u></u>	<u><u>1.150.349</u></u>	Total do Passivo e Patrimonio Líquido		<u><u>577.000</u></u>	<u><u>586.565</u></u>	<u><u>1.167.508</u></u>	<u><u>1.150.349</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013 Ajustado	01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013 Ajustado
Receita líquida de vendas	25	-	12.817	12.755
Custo das Vendas	27	-	(3.533)	(4.098)
Lucro Bruto		-	9.284	8.657
Despesas Gerais e Administrativas	26	(2.292)	(6.683)	(8.806)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	28	(205)	(31.388)	(114)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.497)	(28.787)	(263)
Receitas Financeiras	30	9.729	16.918	8.916
Despesas Financeiras	30	(6.180)	(20.319)	(17.465)
Financeiras líquidas	30	3.549	(3.401)	(8.549)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		(40.676)	(8.334)	(7.992)
Resultado antes dos impostos		(39.624)	(40.522)	(16.804)
Imposto de Renda e CSLL Correntes		-	-	(174)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		-	898	987
Prejuízo do exercício		(39.624)	(39.624)	(15.991)
Prejuízo atribuível aos :				
Acionistas controladores	32	(39.624)	(39.624)	(15.948)
Acionistas não controladores		-	-	(43)
Prejuízo do exercício		(39.624)	(39.624)	(15.991)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)			6.343	5.713
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$			(6)	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013 Ajustado	31/03/2014	31/03/2013 Ajustado
Receitas				
Receita de vendas	-	-	23.472	22.640
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	9.729	3.745	16.918	8.916
Resultado de equivalência patrimonial	(40.676)	(9.451)	(8.334)	(7.992)
Insumos adquiridos de terceiros				
Matéria prima e insumos	-	-	(3.533)	(4.098)
Serviços de terceiros e outros	(1.939)	(3.812)	(33.277)	(3.099)
Retenções				
Depreciação e amortização	(18)	(19)	(2.562)	(2.581)
Valor adicionado a distribuir	<u>(32.904)</u>	<u>(9.537)</u>	<u>(7.316)</u>	<u>13.786</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e encargos sociais	-	-	1.386	1.708
Remuneração direta	-	-	991	1.220
Benefícios	-	-	301	329
FGTS	-	-	94	159
Honorários dos administradores	404	547	409	759
Remuneração direta	348	447	353	659
Benefícios	56	100	56	100
	<u>404</u>	<u>547</u>	<u>1.795</u>	<u>2.467</u>
Tributos				
Federais	112	281	2.374	2.528
Estaduais	-	65	7.796	7.309
Municipais	24	8	24	8
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações monetárias	6.180	5.510	20.319	17.465
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(39.624)	(15.948)	(39.624)	(15.948)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(43)
Valor adicionado distribuído	<u>(32.904)</u>	<u>(9.537)</u>	<u>(7.316)</u>	<u>13.786</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/03/14	01/01 a 31/03/13 Ajustado	01/01 a 31/03/14	01/01 a 31/03/13 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(39.624)	(15.948)	(39.624)	(15.948)
Ajustes para:				
Depreciação	11	14	11	13
Amortização	7	5	9	2.557
Ativo permanente baixado	-	-	2.551	-
Amortização de custos de captação	100	100	100	100
Encargos de financiamentos	3.998	3.646	17.962	15.555
Resultado de equivalência patrimonial	40.676	9.451	8.334	7.992
Perdas com investimentos	193	808	-	-
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	31.175	-
Reversão de Bônus	(300)	-	(300)	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(899)	(985)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(43)
	5.061	(1.924)	19.319	9.241
Aumento (redução) nos ativos/passivos				
De contas a receber e outras contas a receber	-	-	(23.277)	2.015
De adiantamentos a fornecedores	(43)	7	(160)	16
De partes relacionadas	(1.694)	(19.802)	(7.940)	(21.119)
De impostos a recuperar	(31)	(81)	(191)	3.883
De pagamentos antecipados	(74)	(48)	14	90
De adiantamento para futuro aumento de capital	1.919	669	2.777	1.504
De arrendamento financeiro a receber	-	-	2.348	1.548
De depósitos vinculados	427	-	427	-
De outros créditos	2	(20)	(74)	659
De obrigações fiscais	(141)	621	(3.770)	(1.227)
De fornecedores	(687)	(9.068)	14.150	(21.591)
Do contas a pagar e outros	(748)	8	(748)	8
De outros passivos	-	1	160	126
De salários e outros encargos	43	(15)	47	14
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	4.034	(29.652)	3.082	(24.833)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras vinculadas	-	10.611	-	10.611
Imobilizado - aquisição	-	(35)	-	(1.733)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	-	10.576	-	8.878
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(218)	(3.058)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(1.643)	(112)	(1.701)
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	-	(1.643)	(330)	(4.759)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	4.034	(20.719)	2.752	(20.714)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	110.308	20.727	112.536	20.795
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	114.342	8	115.288	81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Controladora

Período findo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Total das Reservas	
		Ajustado			
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - Ajustado	541.888	269.362	78.115	(614.230)	275.135
Aumento de capital através de integralização de ações	105.426	-	-		105.426
Ajuste de Exercícios anteriores - Nota explicativa nº 6	-	-	-	12.503	12.503
Ajuste de aumento de participação societária em controlada	-	-	-	(4.127)	(4.127)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(112.346)	(112.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 - Ajustado	647.314	269.362	78.115	(718.200)	276.591
Prejuízo do exercício	-	-	-	(39.624)	(39.624)
Saldos em 31 de março de 2014	647.314	269.362	78.115	(757.824)	236.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Período findo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Ajustado		Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - Ajustado	541.888	269.362	78.115	(614.101)	275.264	(4.276)	270.988
Aumento de capital através de integralização de ações	105.426	-	-	-	105.426	-	105.426
Ajuste de Exercícios anteriores - Nota explicativa nº 6	-	-	-	12.503	12.503	-	12.503
Ajuste de aumento de participação societária em controlada	-	-	-	(4.127)	(4.127)	4.127	-
Ajuste da redução de participação societária	-	-	-	-	-	28	28
Retificação de erro participação minoritários	-	-	-	(121)	(121)	121	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(112.346)	(112.346)	-	(112.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 - Ajustado	647.314	269.362	78.115	(718.192)	276.599	-	276.599
Prejuízo do exercício	-	-	-	(39.624)	(39.624)	-	(39.624)
Saldos em 31 de março de 2014	647.314	269.362	78.115	(757.816)	236.975	-	236.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais
(ITRs) Trimestre findo em
31 de março de 2014

CONTEÚDO

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. AJUSTES RETROSPECTIVOS A 2013
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
9. CONTAS A RECEBER
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
11. PAGAMENTOS ANTECIPADOS
12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
13. DEPÓSITOS VINCULADOS
14. INVESTIMENTOS
15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
16. IMOBILIZADO
17. INTANGÍVEL
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19. FORNECEDORES
20. OBRIGAÇÕES FISCAIS
21. CONTAS A PAGAR
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
27. CUSTO DAS VENDAS
28. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
29. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
30. RESULTADO FINANCEIRO
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
33. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Multiner S.A.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (54%)*, com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital total pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 46%)*, administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por doze fundações de previdência, tais como: PETROS, POSTALIS, FUNCEF, INFRAPREV, REFER, CELOS, FACEB, METRUS, FUNDIÁGUA, REGIUS, CAPAF e ELETRA .

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

() O fechamento do contrato de reorganização ainda pende do implemento de condições e da prática de atos, cuja expectativa é de que ocorram no primeiro semestre de 2014. Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletro-eletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações, possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações anuais incluem:

As informações anuais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações anuais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações anuais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 4.1.2.

Algumas adequações foram procedidas nas informações anuais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações anuais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Dessa forma, as informações anuais individuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações anuais utilizadas na preparação das informações anuais consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43- Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos. As reconciliações do patrimônio líquido da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.2.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de maio de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações anuais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações anuais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações anuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 14 - Propriedade para investimento
Nota 33 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 9 - Contas a receber
Nota 12 - Impostos a recuperar e diferido
Nota 14 - Investimentos
Nota 17 - Intangível
Nota 23 - Contingências.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas na CVM em 28 de março de 2014.

As primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo o IFRS - *First time adoption* como base de elaboração, foram as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 - balanço de abertura do exercício social de 2009 (vide demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	31/03/2014	31/12/2013
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no trimestre findo em 31 de março de 2014 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Conciliação do Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 3a, o patrimônio líquido da controladora difere do patrimônio líquido consolidado em função do saldo de ativo diferido existente no encerramento de cada exercício, que nas demonstrações financeiras individuais da controlada e das investidas preparadas de acordo com o BR GAAP foi mantido no ativo não-circulante e nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS foi baixado contra lucros acumulados.

	31/03/2014	31/12/2013
Saldos na controladora	236.967	Ajustado 276.591
Ajuste por manutenção do ativo diferido	<u>8</u>	<u>8</u>
Saldos no consolidado	<u><u>236.975</u></u>	<u><u>276.599</u></u>

4.1.3. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.4. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.5. Controladas e controladas em conjunto

As informações anuais de controladas são incluídas nas informações anuais consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures).

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

4.1.6. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.7.1. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.7.2. *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.8. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais são resgatáveis, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.9. Imobilizado

4.1.9.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis a aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.9.2. *Reclassificação para propriedade para investimentos*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.9.2.1. *Custos Subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.2.2. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

4.1.10. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 17.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 17.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.10.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.10.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.10.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.10.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

4.1.11. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 15.

4.1.12. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a e 4.1.2, nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.13. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 33.

4.1.14. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.14.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.14.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.15. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

4.1.17. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 25, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadram como capitalização de custos de empréstimos,

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

4.1.20. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.21. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.22. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, não está sendo apresentada porque não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013.

4.1.23. Novas normas e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

(i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38) – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

IAS 28 (CPC 18) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Nova redação - estabelece a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

IAS 19 (CPC 33) Benefícios a Empregados - Nova redação - deve ser aplicada pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações.

IFRS 10 (CPC 36) Demonstrações Consolidadas – Nova redação - traz novos princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Além disso, estabelece que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas; define o princípio e estabelece o controle como a base para a consolidação; define como aplicar o princípio de controle para identificar se um investidor controla a investida e, portanto, deve consolidá-la e os requisitos contábeis para a elaboração de demonstrações consolidadas.

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial – Nova redação - Esta Interpretação visa esclarecer e orientar questões inerentes aos pronunciamentos contábeis emitidos, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto).

IFRS 12 (CPC 45) Divulgação de Participações em outras Entidades – exige que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliarem:

- a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações;
- os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa
- os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para estabelecer o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação;
- as informações sobre suas participações em controladas; negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas).

IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo - define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

IFRIC 20 (ICPC 18) Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção - Esta Interpretação deve ser aplicada aos custos de remoção de estéril, incorridos na mina de superfície durante a fase de produção da mina (custos de remoção de estéril e outros resíduos minerais na fase produtiva). Ainda no documento emitido pelo IASB, *Basis for Conclusions* da IFRIC 20, em seu item BC4, é ressaltado que a Interpretação se aplica à atividade de mineração de superfície (e não de subsolo - *underground*), contemplando a extração de todo e qualquer recurso natural, inclusive carvão. Contudo estão de fora as atividades de extração de óleo e gás natural.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

(ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em fase de discussão:

IFRS 06 (CPC 34) Exploração de Avaliação de Recursos Minerais - Refere-se ao tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento enfatiza a necessidade de definição das políticas contábeis adotadas pela entidade para tratamento dos gastos envolvidos, notadamente, os ativos, os quais devem ser avaliados ao custo de aquisição e submetidos regularmente à avaliação da capacidade de recuperação do valor envolvido. Este Pronunciamento exige divulgação das políticas contábeis adotadas, dos valores relacionados com a exploração e avaliação, inclusive os relacionados com a perda por irrecuperabilidade de ativos, e ainda, do passivo, receitas e despesas e fluxos de caixa futuros. Determina, ainda, a incorporação aos ativos intangíveis do valor de baixa dos ativos tangíveis utilizados para o desenvolvimento daqueles, de acordo com o período de competência.

IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – A proposta de revisão da ICPC 09 decorrente substancialmente da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) em função das alterações feitas pelo IASB na norma internacional de contabilidade IAS 28, cuja vigência é a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

(iii) Legislação Tributária

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior ; e
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Refis da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão em lei. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia avaliou estas alterações e, com base no texto vigente, estima não haver efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis do primeiro trimestre de 2014.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos intangíveis

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

c. Contas a receber de arrendamento financeiro

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 33.

d. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Ajustes retrospectivos à 2013

Reconciliação do patrimônio líquido e o resultado do período, referem-se a retificação de erros de períodos anteriores, no reconhecimento e mensuração Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a pagar e a Participação de Minoritários.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e Resultado	Consolidado	Controladora
	2013	2013
Patrimônio líquido divulgado	276.894	276.765
Efeitos decorrentes da retificação de erro do período anterior		
Ajuste participação de minoritários referente exercícios anteriores	(121)	-
Provisão de IRPJ e CSLL de controladas referente ao exercício de 2013	(174)	(174)
Patrimônio líquido na retificação de erro de período anterior	276.599	276.591
Resultado divulgado	(15.774)	(15.774)
Provisão de IRPJ e CSLL de controladas referente ao exercício de 2013	(174)	(174)
Resultado líquido apurado na retificação de erro de período anterior	(15.948)	(15.948)

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa	3	3	3	3
Bancos conta movimento	112	3	1.054	2.229
Aplicações financeiras	114.227	110.302	114.231	110.304
	<u>114.342</u>	<u>110.308</u>	<u>115.288</u>	<u>112.536</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
CCBs	IGMP + 9 a 10%	114.227	110.302	114.228	110.302
Itaú - Aplic. Automáticas		-	-	3	2
		<u>114.227</u>	<u>110.302</u>	<u>114.231</u>	<u>110.304</u>

Os valores de aplicação no valor de R\$114.227 são referentes à subscrição de ações em 27 de dezembro de 2013, pelo FIP Multiner, conforme descrito na nota explicativa nº 24. Com o encerramento do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner, a Companhia avaliará a reclassificação contábil deste valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Itaú Cash DI	-	-	1	1
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

9. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	41.391	35.446
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	117.863	100.531
	<u>159.254</u>	<u>135.977</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

(1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

(i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de dezembro de 2013, janeiro, fevereiro e março de 2014, no valor de R\$ 33.108

(ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014, no valor de R\$ 8.283.

(2) Valores a receber no valor de R\$ 117.863 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

10. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda (1)	-	-	3.617	3.617
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber of Commerce	362	375	362	375
CCEE-Câmara de Comerc. de Energia Elétrica	-	-	1.971	1.971
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Rodrigo Reck Dias - EPP	2.100	2.100	2.100	2.100
Outros	138	83	393	221
Total	3.153	3.110	9.518	9.358
Circulante	3.031	2.988	5.130	4.969
Não Circulante	122	122	4.388	4.389

(1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTEL Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos da Companhia.

11. Pagamentos antecipados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	-	-	160	223
J. Malucelli Seguradora S/A	69	5	69	5
Outros	70	60	134	148
Total de pagamento antecipado	139	65	362	376

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

12. Impostos a recuperar e diferidos

12.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	4.584	4.508	42.930	30.909
COFINS	1.281	1.272	4.870	5.057
PIS	278	276	1.057	1.098
Imposto de renda sobre serviços	-	-	821	3.969
Contribuição social sobre serviços	-	10	201	8.608
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	45	-	45
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	98	98
Outros	4	5	4	6
Total	6.147	6.116	49.981	49.790
Circulante	-	-	5.659	9.317
Não Circulante	6.147	6.116	44.322	40.473

12.2. Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia registrou as despesas pré-operacionais incorridas a partir de 1º de janeiro de 2009 diretamente em conta de resultado do exercício, com base na Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC. Estas despesas foram adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, sendo tratados como diferenças temporárias, posto que, serão dedutíveis em exercícios futuros.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

As controladas Termelétrica Itapebi S.A., Rio Amazonas Energia S.A., Termelétrica Pernambuco IV.e a controladora Multiner S.A. estão enquadradas no regime Tributário de Transição – RTT por executarem lançamentos contábeis que segundo a Lei nº 11.941 não se enquadram na apuração do Lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante os exercícios apresentados:

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2013	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/03/2014	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	-	1.096	-
2007 Participações S.A	22.390	(767)	21.623	(767)
Total	<u>23.486</u>	<u>(767)</u>	<u>22.719</u>	<u>(767)</u>

A Companhia e suas investidas não possuem estudo de lucratividade futura que as permita registrar o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados. No caso das controladas Rio Amazonas S.A. e 2007 Participações S.A., o ativo fiscal diferido foi reconhecido em função de as controladas possuírem passivo fiscal diferido em valor superior ao ativo fiscal diferido.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2013	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/03/2014	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(46.548)	867	(45.681)	867
Rio Amazonas S.A.	(5.139)	799	(4.340)	799
Total	<u>(51.687)</u>	<u>1.666</u>	<u>(50.021)</u>	<u>1.666</u>

13. Depósitos Vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
AES Sul - Tribunal de Justiça do RJ – CCEAR(1)	-	-	-	278
Depósitos Vinculados a Litígios	179	606	532	681
Total de pagamento de Depósitos Vinculados	<u>179</u>	<u>606</u>	<u>532</u>	<u>959</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

14. Investimentos

14.1. Composição de saldo

	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
New Energy Options Geração de Energia S.A.	43.412	51.743
Termelétrica Itapebi S.A.	-	10.980
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.392	1.402
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	136.519	155.840

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A. no valor de R\$76.212 e o ágio apurado na aquisição da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. no valor de R\$15.503.

14.2. Composição do Investimento

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2013	Resultado de equivalencia patrimonial	Transferência p/o Passivo a Descoberto	Saldo em 31/03/2014
New Energy Options Geração de Energia S.A.	51.743	(8.331)		43.412
Termelétrica Itapebi S.A.	10.980		(10.980)	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.402	(10)		1.392
	64.125	(8.341)	(10.980)	44.804

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2013	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2014
New Energy Options Geração de Energia S.A.	51.743	(8.331)	43.412
	51743	(8.331)	43.412

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

14.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				
	PL negativo em 31/12/13	Resultado de Equivalência Patrimonial	Transferência de Investimentos	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/03/14
2007 Participações S.A.	(126.036)	(778)	-	(194)	(127.008)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.816)	(3)	-	-	(1.819)
Termelétrica Itapebi S.A.	-	(31.464)	10.980	-	(20.484)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(669)	(5)	-	-	(674)
Termelétrica Termopower V S.A.	(258)	(39)	-	-	(297)
Termelétrica Termopower VI S.A.	(226)	(45)	-	-	(271)
Total	<u>(129.005)</u>	<u>(32.334)</u>	<u>10.980</u>	<u>(194)</u>	<u>(150.553)</u>

	Consolidado		
	PL negativo em 31/12/13	Resultado de Equivalência Patrimonial	PL negativo em 31/03/14
Cia Energética Uruguai - CEU	<u>(1.816)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.819)</u>
Total	<u>(1.816)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.819)</u>

14.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2013	Saldo 31/03/2014
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>
Total	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

14.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2013												
2007 Participações S.A.	99,99%	9.700	156.180	433.705	589.885	305.137	410.784	715.921	(126.036)	71.683	(98.611)	(26.928)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.514	936.012	1.098.526	86.066	947.782	1.033.848	64.678	148.638	(202.484)	(53.846)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.405	23.330	24.735	7.878	5.877	13.755	10.980	10591		10.591
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.134	5.141	6.275	1.777	3.096	4.873	1402	-	(10.159)	(10.159)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.672	10.672	721	12.508	13.229	(2.557)		(3)	(3)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	7	8	621	56	677	(669)	-	(68)	(68)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	161	0	161	193	87	280	(119)	1692	(11.399)	(9.707)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	63	0	63	109	144	253	(190)	1555	(1.418)	137
	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do trimestre
31/03/2014												
2007 Participações S.A.	99,99%	9.700	174.572	438.152	612.724	341.444	398.288	739.732	(127.008)	21.349	(22.321)	(972)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	169.069	924.294	1.093.363	95.881	943.216	1.039.097	54.266	39.287	(49.700)	(10.413)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.386	23.329	24.715	7.669	37.530	45.199	(20.484)	336	(31.801)	(31.465)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.141	5.140	6.281	1.754	3.136	4.890	1.391	-	(10)	(10)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.668	10.668	721	12.509	13.230	(2.562)		(4)	(4)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	15	7	22	619	76	695	(673)	-	(4)	(4)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	23	1	24	71	248	319	(295)	1	(177)	(176)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	28		28	99	202	301	(273)	1	(84)	(83)

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

14.6. *Comprometimento de capital*

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda. (“Eólica”), proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”), dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte restante na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner estará concedendo mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A. – (“CEU”).

15. **Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda esta avaliando a sua melhor utilização.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	31/03/2014	31/12/2013
Sapeçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

16. Imobilizado

	Controladora							Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento		
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	283	20	131	28	269	54.174		54.905
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	283	20	131	28	269	54.174		54.905
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(282)	(9)	(57)	(15)	(174)	-		(537)
Adições	-	-	(2)	(1)	(8)	-		(11)
Baixas	-	-	-	-	-	-		-
Saldo em 31 de março de 2014	(282)	(9)	(59)	(16)	(182)	-		(548)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2013	1	11	74	13	95	54.174		54.368
Em 31 de março de 2014	1	11	72	12	87	54.174		54.357

	Consolidado								Total
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	67	283	20	142	28	273	126.544	(48.387)	78.970
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	67	283	20	142	28	273	126.544	(48.387)	78.970
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(282)	(9)	(60)	(15)	(176)	-	-	(542)
Adições	-	-	-	(2)	(1)	(8)	-	-	(11)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	-	(282)	(9)	(62)	(16)	(184)	-	-	(553)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2013	67	1	11	82	13	97	126.544	(48.387)	78.428
Em 31 de março de 2014	67	1	11	80	12	89	126.544	(48.387)	78.417

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

A rubrica contábil de Imobilizado em andamento no valor de R\$54.174, é referente ao adiantamento concedido à Warsilla pela antiga administração, anterior a março de 2012. Todavia a Companhia está em tratativas com a Wartsilla e, dependendo da conclusão, poderemos levar este valor à resultado no segundo trimestre de 2014.

17. Intangível

a. Composição do saldo

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	134.356	136.907
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	81	88	91	100
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>335</u>	<u>342</u>	<u>226.450</u>	<u>229.010</u>

(i) *Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II da investida, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e vendas de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$ 15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 16 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212.

- (ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.
- (iii) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

		Custo Controladora			
		Saldo em			Saldo em
		31/12/2013	Aquisições	Baixas	31/03/2014
	Prazos de vida útil				
Software	5 anos	157	-	-	157
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
		<u>411</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>411</u>
		Amortização Controladora			
		Saldo em			Saldo em
		31/12/2013	Aquisições	Baixas	31/03/2014
Software		(69)	(7)	-	(76)
		<u>342</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>335</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

	Prazos de vida útil	Custo Consolidado			
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2014
Software	5 anos	233	-	-	233
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	indefinida	136.907	-	(2.551)	134.356
		<u>229.143</u>	<u>-</u>	<u>(2.551)</u>	<u>226.592</u>
Amortização Consolidado					
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2014
Software		(133)	(9)	-	(142)
		<u>229.010</u>	<u>(9)</u>	<u>(2.551)</u>	<u>226.450</u>

18. Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 31. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013
Capital de giro (R\$)	17,51%	<u>115.797</u>	<u>111.699</u>
		<u>115.797</u>	<u>111.699</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Capital de giro (R\$)	17,51%	115.797	111.699
Financiamento de investimento (R\$)	17,18%	140.291	116.578
		<u>256.088</u>	<u>228.277</u>
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Financiamento de investimento (R\$)	16,64%	350.065	360.144
		<u>350.065</u>	<u>360.144</u>

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

		<u>Controladora</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IGPM	17,18%	256.088	228.277
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IGPM	16,64%	350.065	360.144
		<u>350.065</u>	<u>360.144</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
2014	115.865	111.866
Custo de captação	(68)	(167)
	<u>115.797</u>	<u>111.699</u>

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2014	235.726	228.444
2015	83.832	82.826
2016	45.207	44.559
2017	16.253	15.667
2018	18.121	17.468
2019 em diante	207.082	199.624
Custo de captação	(68)	(167)
	<u>606.153</u>	<u>588.421</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Covenants

Atualmente, a Companhia está em processo de reestruturação financeira, com expectativa de conclusão no início de 2014. As CCBS da Companhia possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, não apresentam inadimplementos, considerando que todas as CCBS estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores preveem alongamento de prazos, diminuição de taxa e conversão de parte da dívida em capital, que afetarão os índices. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Parte dessas debêntures também será convertida em capital, fazendo parte do processo de reestruturação financeira em andamento.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à março de 2014, num total de aproximadamente R\$83.936. Parte da liquidação das parcelas em atraso foi efetuada ao longo de 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo conforme acordo firmado com os credores.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal, incluindo juros a vencer, veja Nota Explicativa nº 31.

De acordo com o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, quando ocorrer o fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, com expectativas de ocorrer no primeiro semestre de 2014, as CCB's com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal.

Em 9 de abril de 2013, 83,33% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, votaram pela inaplicabilidade do vencimento antecipado das debêntures em circulação, descrito na cláusula VI da escritura particular de emissão de debêntures.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
				Ajustado
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	113	113	113
CCEE - Câmara de Comercializ. Energia	140	416	166	480
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	6.667	6.900
Davis Polk & Wardwell	313	324	313	324
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	684
G5 Energy Participações Ltda	-	366	-	366
Kaercher e Baggio Soc. de Advogados	166	166	173	173
Kroma Comercializ. De Energia Ltda	183	183	183	183
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	283	283	283
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	-	126.904	109.928
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	14.129	14.128
Wartsila Finland	-	-	12.095	12.730
Wartsila Switzerland	-	-	4.864	5.826
Outros	901	936	1.929	2.234
	2.099	2.786	173.702	159.552
Circulante	2.099	2.786	170.328	156.178
Não circulante	-	-	3.374	3.374

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na Nota Explicativa nº 9.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
IRRF	10	7	12	122
ISS	7	8	86	125
ICMS	105	105	2.793	3.141
IOF	8.910	8.284	12.210	11.338
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	30.383	33.209
Parcelamentos de IRPJ e CSLL	-	-	1.330	1.431
Parcelamentos IOF(2)	10.283	11.075	10.283	11.075
Outros	29	6	194	620
Total	19.344	19.485	57.291	61.061
Circulante	11.352	10.701	26.366	27.124
Não Circulante	7.992	8.784	30.925	33.937

- 1) O valor de R\$30.383 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido da controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, que em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas o parcelamento desse imposto, inicialmente pelo valor de R\$ 46.321.
- 2) O valor de R\$ 10.283 no consolidado é referente ao auto de Infração sobre IOF na Multiner, para o ano base 2010. O referido valor foi parcelado em 60 vezes junto a Secretaria da Receita Federal.

21. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Contas a pagar por aquisição de investimento (1)	758	1.506	758	1.506
	758	1.506	758	1.506

Em 31 de março de 2014, o saldo refere-se ao valor a pagar para a empresa Quattropar, referente à compra de 29,70% da participação acionária na empresa 2007 Participações S.A..

A exposição da Cia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº31.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

22. Transações com partes relacionadas

Em 01 de outubro de 2012 a Companhia transferiu o saldo dos mútuos com as controladas New Energy Options Geração de Energia S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A., Companhia Energética do Uruguai S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, decidindo que qualquer valor cedido as suas controladas à partir desta data, seja classificado nesta conta .

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013 está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Administradores (pró-labore)	202	292	208	434
Conselho de Administração (Honorários)	194	212	194	309
Conselho Fiscal (Honorários)	22	32	21	47
Total	<u>418</u>	<u>536</u>	<u>423</u>	<u>790</u>

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de transição de 28 de março de 2012.

Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/2013
Ativo Não Circulante:									
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações Ltda	42.339	42.263	42.339	42.263
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	A&G	261	261	261	261
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	2.420	2.420	2.420	2.420
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Itapebi S.A.	3.357	2.880	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	396	256	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV S.A.	76	56	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações S.A.	7	5	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options Ger. de Energia S.A.	1.223	4.000	1.223	4.000
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V S.A.	248	86	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI S.A.	202	145	-	-
Valores a Receber (*)	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações Ltda	13.958	13.628	13.958	13.628
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco III S.A.	24	24	24	24
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(a)	157.806	150.976	157.806	150.976
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(b)	27.187	26.483	27.187	26.483
Não Circulante:						<u>256.530</u>	<u>250.509</u>	<u>252.244</u>	<u>247.081</u>
Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/2013
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Administração e Participações Ltda	-	-	10	10
Circulante:						<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	47.600	41.354	-	-
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria S.A.	4	4	4	4
Sub-total:						<u>47.604</u>	<u>41.358</u>	<u>4</u>	<u>4</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Classificação Resultado do Período	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/2013
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Sta. Rita de Cássia S.A.	-	20	-	20
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	1	13	1	7
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	4.533	12.851	4.533	12.851
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I S.A.	-	2	-	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	-	419	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II S.A.	-	1	-	1
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	-	917	-	-
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações Ltda	1.100	3.586	1.100	3.586
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(1.086)	(2.947)	(1.086)	(2.947)
Resultado:						<u>4.548</u>	<u>14.862</u>	<u>4.548</u>	<u>13.520</u>

(a) Refere-se ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e Bolognesi Participações S.A. no valor de R\$150.000, cujo valor do principal é de R\$ 145.391 e juros de R\$ 12.415.

(b) Trata-se da assunção de dívida dos antigos sócios da Companhia, cujo valor principal é R\$ 23.542 e juros de R\$ 3.645.

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas estão se defendendo de ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a MEDABIL e a ITAPEBI para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1.336
Itapebi	Provisão processo Arbitragem Caterpillar AG (a)	-	-	31.175	-
Multiner	Contingências trabalhistas diversas	900	900	900	900
		<u>900</u>	<u>900</u>	<u>33.411</u>	<u>2.236</u>

a) A Companhia realizou a provisão de EU\$ 10,000,000.00 em relação ao processo de Arbitragem da Caterpillar, cujo valor arbitrado foi de EU\$ 5,175,651.00 em desfavor da Companhia. Todavia, para tal saldo devedor deve ser acrescentado juros diários de EU\$ 1,276.00.

Risco possível

Empresa	Descrição dos processos	Controladora	Consolidado
		31/03/2014	31/03/2014
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado	32.938	32.938

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

	pela não implantação do empreendimento.		
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bi-combustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas	-	35.000

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.

Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2012 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35.000	35.000
Total		<u>67.938</u>	<u>232.065</u>

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível e ambiental, cujo montante é de R\$ 12.780.

24. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 647.314, composto por 6.343.239 ações, sendo 3.215.360 ordinárias e 3.127.879 ações preferenciais. Todas as ações emitidas foram integralizadas. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição acionária era a seguinte:

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

31/03/2014

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	4.616.239	1.488.360	2.559.594	568.285
	<u>6.343.239</u>	<u>3.215.360</u>	<u>2.559.594</u>	<u>568.285</u>

31/12/2013

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	4.616.239	1.488.360	2.559.594	568.285
	<u>6.343.239</u>	<u>3.215.360</u>	<u>2.559.594</u>	<u>568.285</u>

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e implemento de demais condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e no Contrato de Reorganização. Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: (1) valor do aumento: R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A. No entanto na Custódia do Banco Itaú S.A., ainda consta os antigos sócios, pois as ações estão em garantia dos debenturistas.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR são conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderá ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuem direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decida realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista opte pela não conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivale ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderá ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares as antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas, dependendo apenas da assinatura do Termo de Fechamento do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.361 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

25. Receita operacional

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	24.943	23.345
Operação e Manutenção	6.168	5.516
	<hr/>	<hr/>
	31.111	28.861
Deduções:		
PIS	(513)	(476)
COFINS	(2.364)	(2.193)
ICMS	(7.778)	(7.216)
Leasing Financeiro - Raesa	(7.563)	(5.795)
Outras deduções	(76)	(426)
	<hr/>	<hr/>
	(18.294)	(16.106)
Receita líquida de vendas	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	12.817	12.755

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$76 (R\$ 426 em 31 de março de 2013), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 7.563 (R\$ 5.795 em 31 de março de 2013), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 33.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro à março de 2014, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A..

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	-	-	(750)	(252)
Honorários dos administradores	(474)	-	(479)	(891)
Tributárias	(66)	(265)	(109)	(343)
Depreciação/Amortização	(18)	(19)	(2.562)	(2.581)
Consultorias e assessorias em geral	(425)	(1.141)	(558)	(1.358)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(143)	(94)	(443)	(208)
Armazenagem	-	-	(429)	(406)
Consultoria jurídica	(321)	(1.333)	(332)	(1.402)
Seguros	(20)	(32)	(45)	(100)
Aluguel	(475)	(660)	(477)	(646)
Viagens	(107)	(138)	(118)	(191)
Outras despesas	(243)	(242)	(381)	(428)
	<u>(2.292)</u>	<u>(3.924)</u>	<u>(6.683)</u>	<u>(8.806)</u>

27. Custo das vendas

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Operação e Manutenção	(2.751)	(2.317)
Óleo lubrificante	(434)	(515)
Seguros	(63)	(63)
Outros custos	(285)	(1.203)
Total custo de vendas	<u>(3.533)</u>	<u>(4.098)</u>

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

28. Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Despesa com provisão de perda aquisição 2007 Participações S.A.	(194)	(808)	-	-
Provisão para contingências (*)	-	-	(31.175)	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(202)	(114)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(311)	-	(311)	-
(-) Outras receitas/despesas	300	-	300	-
	<u>(205)</u>	<u>(808)</u>	<u>(31.388)</u>	<u>(114)</u>

O valor de R\$ 31.175 refere-se à provisão para perda do processo de arbitragem da empresa Caterpillar AG., no valor de 10 milhões de euros.

29. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Ordenados e Salários	-	-	(463)	(693)
Encargos Sociais	-	-	(163)	(221)
Benefícios	-	-	(124)	(129)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(750)</u>	<u>(1.043)</u>

No ano de 2013 a Diretoria Financeira decidiu modificar o critério de rateio da folha de pagamento, estamos distribuindo as despesas somente com as controladas operacionais, rateio este feito em relação a receita bruta de cada usina, com isso a Controladora passa a não computar despesas com funcionários.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Despesas Financeiras				
Varição monetária negativa	(1.403)	(2.839)	(6.495)	(6.236)
Despesa com juros	(2.805)	(1.284)	(12.007)	(10.025)
Despesa com multas	(142)	(13)	(378)	(17)
Varição cambial negativa	(39)	(16)	(385)	(136)
Despesa com mútuos	(1.086)	(598)	-	-
Despesa com IOF & IOC	(598)	(660)	(851)	(909)
Outras despesas financeiras	(107)	(100)	(203)	(142)
	<u>(6.180)</u>	<u>(5.510)</u>	<u>(20.319)</u>	<u>(17.465)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	3.926	81	3.926	81
Varição monetária positiva	1.100	726	1.100	889
Receita com mútuos	4.534	2.862	4.534	2.471
Varição cambial positiva	36	16	1.199	866
Atualização monetária s/créditos tributários	87	60	898	438
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	5.215	4.171
Outras receitas financeiras	46	-	46	-
	<u>9.729</u>	<u>3.745</u>	<u>16.918</u>	<u>8.916</u>
Resultado Financeiro	<u>3.549</u>	<u>(1.765)</u>	<u>(3.401)</u>	<u>(8.549)</u>

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

Ativo	Mensuração	31/03/2014		31/12/2013	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	114.342	114.342	110.308	110.308
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	243.995	243.995	236.055	236.055
		<u>358.337</u>	<u>358.337</u>	<u>346.363</u>	<u>346.363</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	2.099	2.099	2.786	2.786
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	47.604	47.604	41.358	41.358
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	758	758	1.506	1.506
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	115.797	115.896	111.699	110.521
		<u>166.258</u>	<u>166.357</u>	<u>157.349</u>	<u>156.171</u>

Consolidado

Ativo	Mensuração	31/03/2014		31/12/2013	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	115.288	115.288	112.536	112.536
Contas a receber (Nota 9)	Custo amortizado	159.254	159.254	135.977	135.977
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	243.995	243.995	236.055	236.055
		<u>518.537</u>	<u>518.537</u>	<u>484.568</u>	<u>484.568</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 8)	Valor justo	1	1	1	1
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	173.702	173.702	159.552	159.552
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	14	14	14	14
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	758	758	1.516	1.516
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	606.153	515.725	588.421	506.018
		<u>780.627</u>	<u>690.199</u>	<u>749.503</u>	<u>667.100</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possui liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Risco de liquidez;
Risco de crédito;
Riscos de mercado:
Taxa de juros; e
Taxa de câmbio.

a. *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

Maturidade dos Passivos

	Valor contábil 31/03/2014	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	173.702	173.702	4.123	166.205	3.374	-	-
Contas a pagar	758	758	758	-	-	-	-
Partes relacionadas	14	14	10	-	4	-	-
Financiamentos	606.153	606.153	-	256.088	83.832	61.460	225.135

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia antes da Reestruturação Financeira, após as conversões e repactuações de dívidas acordadas com os credores, que acontecerão no closing da operação, tais valores serão substancialmente reduzidos.

b. *Risco de crédito*

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

c. *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	-	-	3	2
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	243.995	236.055	243.995	236.055
Aplicações vinculadas	8	-	-	1	1
Total		243.995	236.055	243.999	236.058
Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	114.227	110.302	115.288	110.302
Total		114.227	110.302	115.288	110.302
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	(47.600)	(41.354)	-	-
Total		(47.600)	(41.354)	-	-
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamento	18	(115.797)	(111.699)	(606.153)	(588.421)
		(115.797)	(111.699)	(606.153)	(588.421)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de março de 2014.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	114.231	Queda CDI	17.495	19.155	20.816
Contratos de mútuo a receber	243.995	Queda CDI	29.235	21.926	14.617
Adiantamentos a fornecedores	75.019	Queda Euro	5.883	(14.342)	(34.568)
Adiantamentos a fornecedores	379	Queda Dolar	15	(83)	(182)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(606.153)	Alta IGPM	(92.864)	(101.680)	(110.495)
Fornecedores	(23.717)	Alta Euro	(1.860)	(8.254)	(14.648)
Fornecedores	(313)	Alta Dolar	(13)	(94)	(176)

Impacto em resultado

		31/03/14		
		Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	115.896	116.146	116.394
	RAESA - CCB 1ª Emissão	152.974	154.315	155.659
	RAESA - CCB 2ª Emissão	246.855	267.836	290.713
		515.725	538.297	562.766

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

e. Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

32. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013 Ajustado
Prejuízo atribuível aos acionistas	(39.624)	(15.948)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	6.343.239	5.712.567
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(6)</u>	<u>(3)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

33. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Leasing financeiro	203.674	206.022
Circulante	11.663	11.432
Não Circulante	<u>192.011</u>	<u>194.590</u>

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, que se dará ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após a definição de que o empreendimento registrado anteriormente como ativo imobilizado deveria ser reconhecido como arrendamento mercantil financeiro.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Até 1 ano	11.663	11.432
Acima de 1 ano - até 5 anos	51.661	50.354
Mais de 5 anos	140.350	144.236
	<u>203.674</u>	<u>206.022</u>

34. Eventos subsequentes

Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à dezembro de 2013, num total de aproximadamente R\$83.936. Parte da liquidação das parcelas em atraso foram efetuadas em 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo, conforme acordo firmado com os credores.

Contas a Receber – Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O acordo celebrado em 28 de fevereiro de 2014 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Petrobras S.A. para regularização das inadimplências existentes, está sendo cumprido e o valor de R\$ 35.446, relativo ao ano de 2013, já foi regularizado.

Informações Trimestrais – Trimestre findo em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

Finalização do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner

O fechamento do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner de 28 de março de 2012, com a conversão de dívida de R\$ 394.887, deverá ser concluído no primeiro semestre de 2014, tendo em vista AGE de 30 de dezembro de 2013 que se encontra em suspenso até o momento e será reaberta em maio de 2014.

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente do Departamento de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MULTINER S/A

**RELATÓRIO ESPECIAL SOBRE A REVISÃO DAS
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)
EM 31 DE MARÇO DE 2014**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

4. As informações financeiras individuais e consolidadas apresentam, na rubrica de ativo imobilizado, em 31 de março de 2014, o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos. A revogação das outorgas para construção dessas UTEs pela ANEEL, mencionada na Nota Explicativa nº 1, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como consequência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão das 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas na Nota 24. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de março de 2014, o patrimônio líquido está a maior e o passivo não circulante está a menor em R\$ 839.455 mil e o prejuízo do período findo, naquela data, está a menor em R\$ 229.861 mil.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

6. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

7. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo

com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

8. Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 244.845 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2014. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da Companhia deverão sofrer um impacto relevante.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

9. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2014

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ